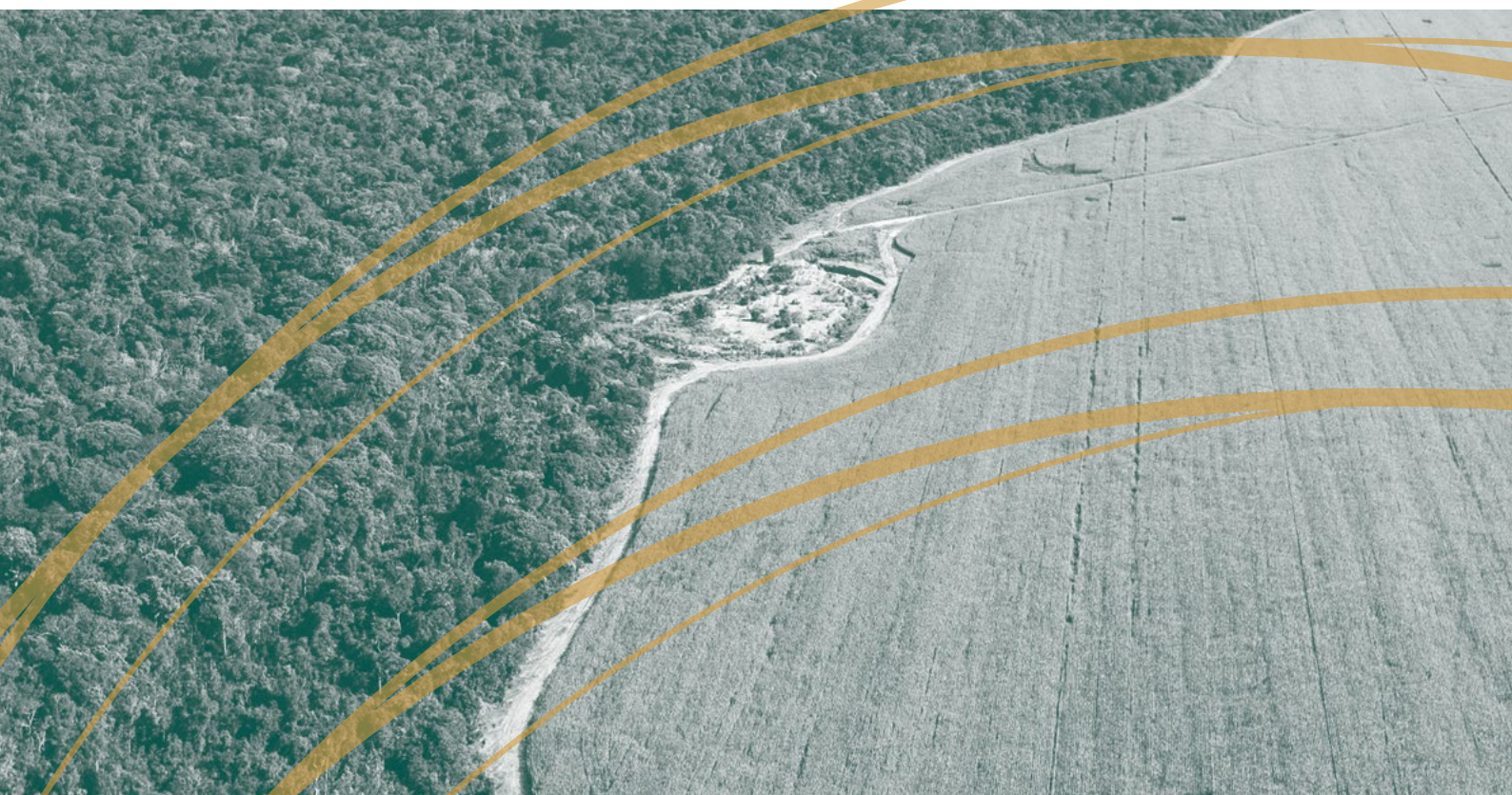




Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

Violência nas Escolas





Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Informação para
gerar transformação

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Betina Barros

Marina Bohnenberger

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Talita Nascimento

Thaís Carvalho

Consultor

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cauê Martins
David Marques
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Brandão
Juliana Martins
Juliana Lemes
Luciana Temer
Marina Bohnenberger
Paulo Jannuzzi
Renato Sérgio de Lima
Roberto Uchôa
Samira Bueno
Sofia Reinach
Talita Nascimento
Thais Carvalho
Ursula Dias Peres

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Fernando Corrêa
Paulo Januzzi

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br



Como citar:

LIMA, Renato Sérgio de; MARTINS, Cauê. Violência nas escolas. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 354-357, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - .

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.



Licença Creative Commons

É permitido copiar,

distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor

ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

Violência nas Escolas

“Que Auschwitz não se repita”: o mote enunciado como exigência educacional primordial pelo sociólogo alemão Theodor W. Adorno, há mais de 50 anos, insiste em ecoar com perturbadora atualidade. Como as principais instituições educacionais, as escolas, podem criar as condições para prevenir que subsistam as situações de violência e atentado à vida em meio a armas que se voltam para elas próprias? Os recentes ataques ou tentativas de ataques violentos a escolas no Brasil tornam urgente a formulação de políticas públicas de prevenção desse grave fenômeno social. De 2002 a 2022 foram consumadas ao menos 16 ocorrências dessa natureza no país.¹ Somam-se a elas outras sete transcorridas no presente ano, 2023. Motivados sobretudo por discursos de ódio, *bullying*, racismo, misoginia, intolerância étnica ou religiosa, tais ataques exigem uma resposta pública que compreenda e considere a complexidade do fenômeno, induzindo a pesquisa e análise de informações disponíveis que auxiliem na identificação das demandas prioritárias para o enfrentamento do problema. Como fazer da escola um espaço seguro e de convivência cidadã quando a violência está presente?

Os dados mais recentes oriundos da Prova Brasil, do MEC e do INEP, nos mostram que a percepção de violência por professores e diretores atingiu níveis alarmantes. Há relatos de tiroteios ou bala perdida em ao menos 1,7% das escolas brasileiras, de situações de assédio sexual em 2,3%, e de interrupção do calendário letivo de 2021 em decorrência de episódios de violência em 0,9% das escolas. Pode parecer pouco, mas isso significa que milhares de alunos e alunas, bem como professores e professoras têm na violência uma das experiências mais indeléveis de suas trajetórias pessoais e profissionais; da sua relação com a escola. São muitos, portanto, os desafios que se impõem para que a educação realize, em meio ao fogo cruzado, sua função social de fazer com que o saber sistematizado seja criticamente apropriado pelos estudantes e, ademais, capacite-os à participação cidadã na vida social do país.

Mas é em termos desagregados que o problema se revela em sua mais nítida crueldade. Quando analisamos os dados por Unidade da Federação, o Rio de Janeiro é o estado que mais chamou a atenção, seguido do Amazonas. Pelos dados da Prova Brasil, o calendário

Renato Sérgio de Lima
Diretor-Presidente do
Fórum Brasileiro de
Segurança Pública e
Professor da FGV-EAESP.

Cauê Martins
Doutorando em Sociologia
na USP e Consultor do
Fórum Brasileiro de
Segurança Pública.

Há relatos de tiroteios ou bala perdida em ao menos 1,7% das escolas brasileiras, de situações de assédio sexual em 2,3%, e de interrupção do calendário letivo de 2021 em decorrência de episódios de violência em 0,9% das escolas.

¹ CARA, Daniel (Org.). O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Consultado em 14 de julho de 2023.

A escola, no Rio de Janeiro, é uma instituição quase 8 vezes mais perigosa de se frequentar e ser vítima do fogo cruzado entre polícia e criminosos do que nos demais estados do Brasil.

escolar de 2021, último dado disponível e já bastante comprometido pela Pandemia de Covid-19, foi interrompido durante vários dias por 6,2% das escolas do Rio de Janeiro e 2,5% das escolas do Amazonas, enquanto a média nacional de interrupção foi de 0,9%. Além disso, o estado do RJ também se destaca negativamente na ocorrência de episódios de tiroteios ou bala perdida nas escolas: 13,5% (a média nacional é 1,7%). Em outras palavras, a escola, no Rio de Janeiro, é uma instituição quase 8 vezes mais perigosa de se frequentar e ser vítima do fogo cruzado entre polícia e criminosos do que nos demais estados do Brasil.

E essa trágica constatação extraída dos números da Prova Brasil confirma dados de duas ondas de pesquisa de vitimização produzidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2018 e 2019, que tinham por objetivo mensurar os impactos da então intervenção federal na segurança pública carioca. Nas duas ondas, cerca de 30% dos entrevistados residentes na cidade do Rio de Janeiro declararam que haviam ficado no meio do fogo cruzado de confrontos entre policiais e criminosos. De acordo com a onda da pesquisa realizada em 2018, 75% dos entrevistados tinham ouvido tiroteios próximos². O fato é que, infelizmente, estudar no Rio de Janeiro implica conviver com a possibilidade cotidiana de ser “dano colateral” da guerra urbana lá travada.

Seja como for, o quadro de insegurança e violência retratado pela Prova Brasil é extremamente preocupante e complexo. O problema é nacional, por certo, mas possui uma escala completamente diferente e maior no Rio de Janeiro. São várias as situações de violência narradas e, todas, em percentuais que não coadunam com a ideia da escola como espaço seguro e ambiente de proteção. Engana-se quem pensa que a violência é um problema circunscrito. Ela se manifesta de forma distinta em cada território, como no caso dos tiroteios e balas perdidas no Rio de Janeiro. Mas, em outra direção, chama atenção que o Distrito Federal e Santa Catarina são as duas Unidades da Federação que possuem proporções de assédios sexuais nas escolas equivalentes a mais do que o dobro da média nacional, que de 2,3% de escolas com registros desse tipo de situação. No DF, 5,2% das escolas registram ocorrências de assédio sexual em 2021. Em Santa Catarina, foram 4,8%.

Não bastassem as situações de violência física, a escola no Brasil tem se destacado pelos altos percentuais de violência simbólica e psicológica. Segundo a Prova Brasil, 15,5% dos diretores de escolas relatam já terem observado ocorrências de discriminação contra algum integrante da comunidade escolar. À semelhança dos casos de assédio sexual, o Distrito Federal, com 25,1% das escolas, e Santa Catarina, com 23,8%, são as Unidades da Federação que mais relataram este tipo de ocorrência. No caso, o Mato Grosso quase empata com Santa Catarina, e alcança um total de 23,7% de suas escolas com registros de discriminação.

² Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/rio-sob-intervencao-2-v2.pdf>. Consultado em 13 de julho de 2023.

Já as ocorrências de *bullying* possuem uma prevalência ainda maior. Na média nacional, 37,6% dos diretores relataram na Prova Brasil a ocorrência de situações que podem ser caracterizadas como *bullying*. Em termos subnacionais, Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo têm os maiores percentuais: 60,2%, 51,7%, e 50,6%, respectivamente. Porém, é digno de destaque que, além dessas Unidades da Federação, outras cinco (ES, MT, MS, PR e RS) possuem percentuais de registros de *bullying* em suas escolas em uma ordem acima de 46% do total de estabelecimentos de ensino. Esse é um problema que agrava os riscos de ataques violentos às escolas e que não está exatamente correlacionado à incidência de outras violências nos territórios do entorno das instituições escolares, mas à exposição prolongada a processos violentos em âmbito familiar (negligência e autoritarismo parental) e conteúdo disseminado em redes sociais.³ E é um problema muito conectado com a relação no interior da comunidade escolar e que pode produzir problemas de saúde duradouros nos indivíduos envolvidos. Pesquisas apontam a maior probabilidade das vítimas de *bullying* desenvolverem problemas de saúde, como transtornos internalizantes (medo, retraimento, tristeza, queixas somáticas), autoagressão, avaliação negativa da própria saúde e uso de tabaco. Os perpetradores da violência, por outro lado, estão mais propensos a desenvolverem alcoolismo.⁴

Na tentativa de se dar uma resposta a esse cenário, quando olhamos as temáticas selecionadas para projetos desenvolvidos nas escolas, 70,2% dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país pensaram projetos de prevenção e enfrentamento ao *bullying* para as suas comunidades escolares. Já 55,7% das escolas possuem projetos sobre “violência”. São percentuais que confirmam e reforçam a centralidade do problema e que demonstram que, segurança pública, não pode ser vista apenas sob a ótica policial. O problema não é externo às escolas. Elas estão inseridas nas lógicas comunitárias dos territórios onde estão localizadas mas também são vetores de situações que podem gerar agravamento do quadro de violência.

Assim, há uma série de ações que precisam ser planejadas, formuladas e executadas que envolvem uma rede de instituições muito mais ampla do que aquela responsável pela gestão do sistema policial e de persecução penal. Afinal, pelos dados da Prova Brasil, 63,7% dos diretores consideram adequadas as condições de segurança na entrada ou saída da escola (somando muito adequado e adequado), que em teoria seriam responsabilidade das forças policiais e das guardas municipais. Só 22,5% dos respondentes consideram inadequadas ou muito inadequadas - a maior insatisfação com a segurança na entrada ou saída

63,7% dos diretores consideram adequadas as condições de segurança na entrada ou saída da escola (somando muito adequado e adequado), que em teoria seriam responsabilidade das forças policiais e das guardas municipais.

³ CARA, Daniel (Org.). O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Consultado em 14 de julho de 2023.

⁴ LOCH, Ana Paula Loch, ASTOLFI, Roberta Corradi, LEITE, Maria Alvim et al. Victims, bullies and bully-victims: prevalence and association with negative health outcomes from a cross-sectional study in São Paulo, Brazil. Int J Public Health. v. 65, 2020, pp. 1485–1495. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00038-020-01481-5>.

escola está no Acre, com 37,1% de diretores que consideraram tais condições inadequadas ou muito inadequadas.

Por fim, concordando com Sofia Reinach e Fernando Burgos, que reconhecem a importância da instituição escolar na identificação e enfrentamento da violência vivenciada por estudantes,⁵ é fundamental aproveitar esse *locus* privilegiado de percepção de situações de violência para a construção de respostas mais efetivas e que permitam uma reflexão crítica que desnaturalize situações de violência e combata a disseminação de negacionismos e ideias autoritárias. Os dados da Prova Brasil ajudam a dar um contexto geral, mas é importante que avancemos com outras pesquisas e investigações.

É fundamental aproveitar esse locus privilegiado de percepção de situações de violência para a construção de respostas mais efetivas e que permitam uma reflexão crítica que desnaturalize situações de violência e combata a disseminação de negacionismos e ideias autoritárias.

5 REINACH, Sofia, BURGOS, Fernando. Violência contra Crianças e Adolescentes no Brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, ano 15, 2021.



Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

Violência nas Escolas



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA